

revista portuguesa de arqueologia

arqueologia

vol. 22
2019

Revista Portuguesa de Arqueologia

Volume 22 – 2019

Conselho Editorial

Andrea Martins
(Representante da Associação dos Arqueólogos Portugueses)
António Faustino Carvalho
(Professor da Universidade do Algarve)
Jean-Yves Blot
(Arqueólogo naval – CHAM – Centro de Humanidades)
José Ruivo
(Diretor do Museu Monográfico de Conimbriga)
Maria Catarina Coelho
(Diretora do Departamento dos Bens Culturais)
Rui Morais
(Professor da Universidade do Porto)
Vítor Oliveira Jorge
(Professor aposentado da Universidade do Porto)

Coordenação executiva

António Marques de Faria
DGPC | DDCI

Design gráfico

António Cruz
DGPC | DDCI

Paginação

Inês Rombouts Boiça
DGPC | DDCI

Impressão e acabamentos

Frases Favoritas, Lda.

Data de impressão

Dezembro de 2019

Tiragem

400 exemplares

ISSN: 0874-2782

Depósito Legal: 125568/98

Edição

Direção-Geral do Património Cultural
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 Lisboa

dgpc@dgpc.pt

www.patrimoniocultural.gov.pt

A DGPC respeita os originais dos textos que lhe são enviados pelos autores, não sendo, assim, responsável pelas opiniões expressas nos mesmos, bem como por eventuais plágios, cópias, ou quaisquer outros elementos que de alguma forma possam prejudicar terceiros.

Índice

- 5–30 **Um machado votivo de talão perfurado proveniente da gruta da Lapa da Galinha (Vila Moreira, Alcanena, Portugal)**
Marco António Andrade & Daniel van Calker
- 31–42 **Valdanta: o vale da anta que nunca foi ...**
Rui Mataloto
- 43–53 **Análise arqueométrica dos artefactos metálicos do “Tesouro” de Baleizão**
Pedro Valério, Rui Jorge C. Silva, Maria de Fátima Araújo & António M. Monge Soares
- 55–78 **Crónica de onomástica paleo-hispânica (28)**
António Marques de Faria
- 79–93 **Aspectos da presença militar romano-republicana no Castro de Chibanes (Palmela)**
Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, Susana Duarte, Teresa Rita Pereira & Vincenzo Soria
- 95–99 **Una posible nueva tésera monetiforme en plomo de ‘VALERIA’**
David Martínez Chico & Francisco Miguel Bejarano Neila
- 101–116 **Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VIII**
Jorge de Alarcão
- 117–128 **Apostilas epigráficas – 9**
José d’Encarnação
- 129–140 **A villa da Abadia (Santa Comba Dão, Viseu): materiais arqueológicos e vias de comunicação**
Pedro Matos & Helena Catarino
- 141–161 **O antigo padrão de pesos da Câmara de Lisboa, «neste reino singular»**
Luís Seabra Lopes
- Arqueologia na DGPC**
-
- 165–166 **O LARC em destaque**
LARC
- 167–178 **Desenvolvimento das escavações arqueológicas em Conímbriga (DEARCON, 2012–2018): apreciação sumária dos trabalhos e resultados**
Virgílio Hipólito Correia
- Arqueologia em Portugal. Recuperar o passado em 2018**
-
- 183–191 **Castro de Guifões (Matosinhos): evidências de uma ocupação diacrónica**
Andreia Arezes
- 193–201 **O sítio arqueológico de São Simão**
Sónia Vicente, Ana Luísa Mendes & Flávio Simões
- 203–208 **Muralha medieval de Viana da Foz do Lima**
Pedro Miguel D. Brochado de Almeida & João Miguel Matos Soares
- 209–215 **O Salão Central Eborense: de covas de pão a sala de cinema**
Eva Basílio, José Rui Santos, Rosária Leal, Ricardo Sarmento & Jorge de Oliveira
- 217–225 **O Projecto Um complexo portuário milenar no Barlavento Algarvio: a arqueologia do estuário do rio Arade**
Cristóvão Fonseca & José Bettencourt
- 227–234 **Arqueologia preventiva na Baixinha de Coimbra: contributos para a história da cidade**
Nuno Silveira, Dário Antunes, João Nuno Marques & Lília Basílio
- Legislação sobre o património arqueológico**
-
- 239–240 **Proteção legal de património arqueológico: procedimentos**
Maria Ramalho

Apostilas epigráficas – 9

José d'Encarnação*

* Centro de Estudos de
Arqueologia, Artes e
Ciências do Património.
Faculdade de Letras
da Universidade de
Coimbra.
jde@fl.uc.pt

O autor escreve
segundo o Acordo
Ortográfico de 1945.

*Homenagem a Pilar Fernández Uriel –
à Professora e à Amiga!*

Resumo Dando continuidade a esta série de reflexões sobre epígrafes já publicadas do Ocidente Hispânico, o autor tece considerações acerca de uma árula a Júpiter Ótimo Máximo Conservador, em que se regista a presença de uma estranha sigla a anteceder a identificação do dedicante; chama a atenção para epígrafes funerárias de nítida transição entre o mundo romano e o mundo paleocristão; detém-se sobre as inscrições de uma necrópole de Vila do Conde (*Conventus Bracaraugustanus*); e dá a sua interpretação do texto de *CIL II, 5250*.

Abstract Complementary reflexions about epigraphic Roman monuments from the western *Hispania*: an altar dedicated to I. O. M. *Conservatori*; Roman epitaphs in the transition to the Christian cultural world; some *grafitti* of a Roman necropolis at Vila do Conde (*Conventus Bracaraugustanus*); an renewed interpretation of *CIL II, 5250*.

1. Uma árula singular a Júpiter

Vi, em 15 de Outubro de 2005, no Museu Nacional de Arqueologia, uma árula romana dada como procedente dos arredores do Porto, que me chamou a atenção não apenas pelo aspecto do texto, mas também por ser de uma espécie de basalto¹ com muita pátina acastanhada, de peso considerável para as dimensões: 1,740 kg!

Estudei-a na altura e é desse estudo que ora me vou fazer eco, não querendo constituir — de forma nenhuma! — desprimor para a minuciosa análise levada a cabo por Armando Redentor (2017), análise para que, naturalmente, remeto, indicando a temática abordada e onde:

- I vol., p. 95: o antropónimo *Atheneus*;
- I vol., p. 385: acerca da omissão do s final na palavra *Atheneus*;
- I vol., pp. 669–672, sob o título «Uma divindade romano-oriental», as considerações que se lhe oferecem a propósito do epíteto *Balmarcodes*;
- II vol., p. 91, n.º 111 (estampa VIII) — a mui completa ficha epigráfica.

A árula (Fig. 1) foi rudemente alisada a ponteiro atrás, em baixo e nos lados, como se se destinasse apenas a ser vista de frente.

Capitel com toros; *foculus* súpero (Fig. 2) obtido como que por punção, em jeito de cone invertido, oblongo (diâmetro de 2,3 e 1,8). A moldura do capitel simulada por três filetes paralelos.

A superfície exterior da base também espon-teirada, como se não fora para ser colocada bem na vertical. Uma folha muito estilizada de teixo, com 5,5 cm de comprimento, vai desde o capitel e entra pela l. 1, terminando numa depressão, a simular, porventura, a bainha do pecíolo; centrada, foi gravada antes dos sulcos para as molduras. Letras muito irregulares, esculpidas a estilete, como não podia deixar de ser, em caso de rocha tão dura, cursivas. Dimensões: 15 x 9,3/7,5/9 x 5,5/6,0.

I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / CONSER/VATORI B[?] / ATHENEV/^S

A Júpiter Óptimo Máximo Conservador B[?] — Ateneu.

Altura das letras: l. 1: 1,3/0,8; l. 2: 1,3/0,9; l. 3: 1/0,8; l. 4: 0,8/0,6; l. 5: S = 1,3. Espaços: 1: 1,5; 2: 1: 3: 0.5; 4: 0,2; 5: 0; 6: 0,2.



Fig. 1 – Árula a I. O. M. Conservatori.



Fig. 2 – Parte superior da árula.

Paginação com alinhamento à esquerda. Na l. 1: I longo e bem fundo; O irregular; M gravado como se fossem dois AA acoplados, com as hastes da direita acima do vértice. Na l. 2: S simétrico, vertical; R (tal como o da linha seguinte) feito a partir do P e com perna bem lançada para diante. Na l. 3: o V assemelha-se a Y, o A (como o da linha seguinte) não tem barra, a barra horizontal do T não toca na haste vertical e é mais funda. Na l. 4, o B não oferece dúvidas de leitura, foi gravado na mesma altura que as demais letras, desenhado a partir do P e assimétrico nas suas

¹«Xisto anfíbólico», assim o classificou D. Fernando de Almeida, o primeiro a referir-se ao monumento, referência publicada na síntese da comunicação que apresentou no Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais (Porto, 1968, p. 289). A versão de D. Fernando foi transcrita por José Manuel Garcia (RAP 316), e passou para HEpOL (registro n.º 6158). Esclarece Redentor (2017, II, p. 95), que a epígrafe pertence a João Pargana, que a guarda na sua casa em Aradas (Aveiro).

Fig. 3 – Parte inferior do texto.



²Deixar-se-á de parte a hipótese, ainda que dubitativamente apresentada, de BATHENEV.

curvas. Na l. 5 (Fig. 3), não estará muito perceptível o S — por isso não foi considerado nas anteriores leituras e Redentor teve mesmo o cuidado de justificar essa apócope, como atrás se assinalou —, mas, atentando, vê-se o seu recorte esguio chegando a entrar no A que lhe está por cima.

Estamos, na verdade, do ponto de vista epigráfico, perante uma árula singular, atendendo à sua tipologia, ao tratamento dado às letras, à existência da representação do teixo e, de modo especial, pela inesperada presença da sigla B, sobre que importa reflectir.

Não fora ainda notado esse desenho da folha de teixo, o que não admira, pois só desde há pouco tempo se começou a olhar para desenhos semelhantes que surgiam nas epígrafes romanas e de pronto se classificavam de folhas de palmeira, mesmo em ambientes, como os do norte da Península Ibérica, onde a palmeira não existe. Foram Julián de Francisco Martín e Marta González Herrero que, em 2004, chamaram para isso a atenção, o que viria a permitir novas leituras de alguns monumentos, inclusive relacionáveis com o epíteto *Eburobrigensis* atribuído a *Arantius* e *Arantia* (Encarnação, 2008).

Para além das siglas bem frequentes na epigrafia romana — I O M — há, neste caso, o epíteto *conservator*, de que se identificaram outros testemunhos, inclusive na epigrafia hispânica, de tal modo que, por vezes, basta a existência da sigla C para se considerar que deve ser desdobrada em C(*onservatori*). No caso vertente, esse epíteto foi gravado por extenso.

Intrigante, de facto, o B da l. 3. À primeira vista, caso houvesse referência a mais do que uma divindade, *conservatorib(us)*, um dativo

plural, justificava-se em pleno. Não parece, todavia, que se pudesse ter incorrido em tão grosseiro engano. Apócrifo ou resultado de deficiente leitura da minuta também se não afigura razoável, na medida em que a gravação está bem nítida e enquadrada. Tem, pois, de se aceitar e, conseqüentemente, de se propor uma solução para o desdobramento dessa sigla, pois que de uma sigla se trata.

Esse, o primeiro aspecto a ter em conta: é uma sigla!² E, como se sabe, em Epigrafia, as siglas usam-se não por motivos cabalísticos, secretos, mas porque se parte do princípio de que o leitor médio a compreende e sabe decifrar. Há, por vezes, da parte dos epigrafistas — tantos séculos passaram sobre o Império romano!... — alguma dificuldade em entender uma que outra; trata-se, porém, de casos raros, porque lá se encontra depois uma inscrição em que a palavra oculta na sigla se pôs a descoberto!

Ocorre, por conseguinte, num caso como este, pôr a questão: que poderá este B dizer? A consulta a uma lista de siglas e abreviaturas pode ser, desde logo, da maior utilidade. Assim, para o B isolado, Lassère (2007, p. 1065) sugere *beneficia*, *beneficiarius* – *benemerenti*; no *Vademecum* de José Manuel Iglesias Gil e Juan Santos Yanguas (2008, p. 31), o rol é mais extenso, no âmbito romano: *Bacchus*, *bene*, *beneficia*, *beneficiarius*, *beneficium*, *benemerens*, *bis*, *Bithynia*, *Bituriges*, *bixit* (por *vixit*), *Boiorum*, *bonus*, *boves*, *brevis*, *bustum*. Ou seja, como em todos os casos, o contexto é que determina a opção. Importa, conseqüentemente, atentar no contexto aqui patente.

A sigla B surge após o segundo epíteto da divindade e a preceder o nome único pelo qual o dedicante se identifica. Unir-se-á, portanto, à divindade ou ao antropónimo, porquanto nenhuma das opções atrás apontadas sugere tratar-se de uma conjunção ou advérbio.

A opção de Armando Redentor, como logo de início se assinalou, foi a de relacionar a sigla com a divindade, porque, de facto, designadamente em ambiente sírio, a sigla B surge em epígrafes dedicadas a Júpiter Conservador e uma das divindades locais é *Balmarcodes*, havendo, assim, uma *interpretatio* bem patente na junção dos epítetos. Importava-lhe, pois, apresentar justificação para a sua escolha; e vai colhê-la na relação dessa zona da Península com o mundo oriental: os «fluxos comerciais que atingem o Ocidente peninsular e a

importância específica da foz do Douro neste campo concreto da actividade económica, quer o escravo em questão aqui tenha aportado como mercadoria ou como agente ingressado na actividade marítima» (p. 672).

Aceito, naturalmente, a proposta, que está devidamente justificada pelos exemplos aduzidos. Mas... são exemplos sírios, de um ambiente onde o vocábulo se conhecia perfeitamente. Também podia ser que *Atheneus* tivesse optado pela sigla para ocultar a sua devoção, alheia ao ambiente em que se encontrava e que, por tal motivo, lhe poderia trazer algum amargo de boca. Podia ser. Também poderia pensar-se no contrário: ele quer mostrar-se diferente, orgulhoso da sua crença e optar por dar a conhecer, por extenso, o epíteto que lhe era peculiar. Não o fez. Pusilanidade? Em suma, é de louvar a pesquisa feita por Armando Redentor, ao levantar a questão e ao proporcionar desta forma uma aura de relações económicas e culturais entre esse recanto do Noroeste peninsular e as longínquas plagas mediterrânicas. Decerto que os arqueólogos que tratam das cerâmicas e mesmo os achados numismáticos hão-de justificar igualmente esse tráfego. Agora, o desdobramento de B em *Balmarcodes* acaba por resultar forçado. Queira-se ou não. A esse nível, na relação com a divindade, B(*enemerenti*) seria mais... consensual e compreensível! E manter-nos-íamos no domínio habitual de Júpiter Ótimo Máximo: uma divindade maior do panteão romano puro.

E se, ao invés, B se ligar com o antropónimo? Exhaustiva, a análise levada a cabo por Armando Redentor (2017, I, p. 95) acerca das ocorrências deste nome etimologicamente grego. Não significa necessariamente que seja «ateniense»; o uso de onomástica grega é indício de podermos estar perante um escravo, dado o hábito dos senhores de darem pomposos nomes helénicos aos seus escravos. A ligarmos a sigla B ao antropónimo, há que a considerar sigla de um *nomen*, ou seja, a família que — neste caso — teria libertado o escravo, incorporando-o, como liberto, no seu seio. É verdade que mui raramente o *nomen* se menciona por meio de sigla; contudo, quanto se trata de libertos, esse facto não é incomum. Primeiro, porque, de um modo geral, era o antigo nome de escravo que individualizava o liberto; depois, porque, para ter escravos e

libertos, estaríamos perante uma família bem conhecida no meio e bastava a sigla para ela ser identificada; em terceiro lugar, porque se tratava de uma atitude pessoal e não vinha ao caso a menção de pertença familiar. É diferente quando o escravo ou o liberto fazem questão — por vontade própria ou a pedido dos *domini* — em associar o seu patrono ao acto de devoção que praticam, ao mandarem gravar uma inscrição votiva. Se for este o caso aqui, há que procurar um *nomen* mais ou menos corrente na zona. A cidade do Porto e seus arredores poucas inscrições romanas têm fornecido; os índices do livro de Armando Redentor também não nos apontam gentílios iniciados por B, que, aliás, igualmente não abundam nesta área ocidental da Península. *Baebius* seria?

Em conclusão: aceitei o repto implícito de Armando Redentor quando propôs um mui estranho epíteto para Júpiter (estranho no sentido de exterior à Península); acabou por se verificar que havia uma decoração que fora esquecida e que não acontecera a apócope do S no antropónimo; e reflectiu-se sobre outras possibilidades de desdobramento de uma (também ela estranha) sigla, passível de ser outro epíteto da divindade ou o *nomen* do liberto.

2. O epitáfio de *Avitianus*

Guarda-se no Museu de História Natural e Ciência da Universidade do Porto uma «lousa» de xisto com inscrição, que foi dada a conhecer em nota publicada pelo Padre J. Monteiro de Aguiar (1943–1944). Encontrara-a no sítio do Picoto, junto a Folgoso (freguesia de Raiva, concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro), em Março de 1943, Alfredo Vieira Guedes de Almeida, aquando de uma surribo, «entre os restos de duas sepulturas cercadas de lousas» (p. 168).

A superfície, os lados e a espessura da lousa apresentavam-se irregulares, mas os caracteres haviam sido «abertos a buril» e eram «de leitura fácil». Dimensões: 56 x 14 x 4,5.

Anote-se de passagem que poderá ter passado despercebida outra informação que acompanha esta — até porque, decerto, a urna cinerária aí referida terá levado descaminho — de que se achara também uma «pucarinha com letras»: CAFVRINVS 9 NATV Vb, de que o autor dá a seguinte tradução: «Cafurino de 9



Fig. 4 – A placa, segundo C. A. F. de Almeida.

anos de idade. Vive!)). Compreende-se a dificuldade de leitura, uma vez que se tratava, naturalmente, de inscrição em grafito, com a identificação e, porventura, também a idade e um voto, das cinzas que ali haviam sido depositadas. *Cafurinus* decerto não era o nome lá escrito, uma vez que outro testemunho se não conhece e, por outro lado, 9 não poderia estar escrito em numeração árabe.

O padre Monteiro de Aguiar solicitou ao monge beneditino D. Gabriel de Sousa que interpretasse o letrado e foi esta a resposta do «latinista distinto» do mosteiro de Singeverga:

D(is) M(anibus) S(acrum) / AVITIANV/S
FATVM / FVNESET / ⁵ VVIII K NOVEM/B[R]IS
ANNORV[M] XXV VTERE FE/LIX

E traduziu:

«Aos Deuses Manes. Aviciano morreu infelizmente a 13 das calendas de Novembro (20 de Outubro) aos 25 anos (de idade). Goza da felicidade».

Considerou: dever subentender-se *obiit* a seguir a *fatum*; que o lapicida sucumbira a uma dislexia, grafando *funeset* por *funeste*, o que, naturalmente, se aceita; e que os dois VV equivaliam

a X, uma equivalência também ela aceitável mas deveras inusitada e de que, numa primeira pesquisa, não encontrei paralelo.

Sem — aparentemente — se ter apercebido dessa publicação, o saudoso Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida estudou, em 1972, a epígrafe dando-a como proveniente de «uma necrópole luso-romana» identificada, em 1932, no lugar de Valdemides, Sardoura, Castelo de Paiva (Almeida, 1972, p. 132). Teve acesso ao monumento, fotografou-o (ilustração que, com a devida vénia, reproduzimos na Fig. 4) e descreveu-o: tem linhas de pauta muito superficiais, o «texto, à maneira de grafito, está mais riscado que, propriamente, gravado. As letras são muito pequenas. Têm cerca de 2 cm», «a leitura não oferece dificuldade» (Almeida, 1972, p. 133).

Lê FUNCSET na l. 4 e VIII na l. 5. Por isso, a data passa a ser 24 de Outubro. Em seu entender, *funcset* está por *funxit*, *fatum funcset* significa ‘cumpriu o destino’ e esta expressão revela a «peculiar crença noroestina no fatalismo», muito própria da doutrina priscilianista; aliás, *utere felix* é, para Ferreira de Almeida, «fórmula de sabor paleocristão» (Almeida, 1972, p. 134).

Que eu saiba, a epígrafe — para além da já citada inclusão em *HEpOL* 32 405 — não voltou a ser estudada. Armando Redentor, por a considerar paleocristã, não a tratou no seu livro; por seu turno, tanto Mário Barroca como Manuela Alves Dias e Catarina Gaspar não a incluíram nos seus *corpora*, quicá por as considerarem romanas.

Analisem-se, por conseguinte, as questões que se levantam.

2.1. O lugar de achado

Afigura-se-me podermos dar mais crédito ao relato do Padre Monteiro de Aguiar, porque refere expressamente quando é que Guedes de Almeida topou a pedra. Assim, mantendo-nos no concelho de Castelo de Paiva, optaríamos por Folgoso, da freguesia de Raiva, hoje União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso.

2.2. A leitura

Uma observação da fotografia permite preferir FVNCSET a FVNESET, por comparação com os EE, claríssimos, da penúltima linha.

Fazer equivaler essa grafia a *funxit* também não oferece dúvida, atendendo à semelhança dos sons. O texto poderá ter sido ditado pelo encomendante e a função cs do x poderia, facilmente, não ser do quotidiano. *Fatum funxit*, «cumpriu o Fado», aceita-se, num quadro não erudito, porque *fungor* é verbo defectivo, usado só na passiva, regendo dativo, e a terceira pessoa do pretérito perfeito é *functus est*. A expressão *fato fungi* significa morrer. Ovídio, nas *Metamorfoses*, 11, tem esta frase: *fato functa suo est*; no epitáfio de *Helvia* (CIL VI, 19 270), de Roma, assinala o marido em relação à esposa que *diem suum functa est*, fora chegado o seu dia...

Dir-se-á que desajeitadamente se procurou adaptar e adoptar aqui uma frase eivada de alguma erudição, cujo sentido fora integralmente bem captado, mas cuja forma (nomeadamente gramatical) se conhecia mal.

Quanto à data, houve, na verdade, confusão por parte do monge beneditino; uma confusão justificada porque, de facto, um risco ocasional na pedra o levou a ler V onde apenas estava I. A leitura de Ferreira de Almeida — VIII — é a mais correcta e liberta-nos, por outro lado, de uma singularidade (VV = X) não documentada. Atente-se que, seguramente por lapso ou incompreensão da minuta, se escreveu NOVEMB IS, em vez de NOVEMBRES.

2.3. Romana ou paleocristã?

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, atendendo inclusive ao espólio que acompanhava a epígrafe, inclina-se para a datar do século IV, reputando-a, como se viu, um testemunho da ideologia priscilianista.

Do ponto de vista epigráfico — a gravação com estilete, de certo modo postulada pelo xisto, o uso de linhas de pauta e a tipologia — não obrigam a abandonar uma envolvência pagã, digamos assim, tanto mais que a consagração inicial, aos deuses Manes, a faz situar nesse horizonte cultural.

A identificação por um só nome, que se tornará habitual em período paleocristão, na medida em que estaremos em meio de comunidades pequenas em que todos se conhecem, foi também retomada do século III em diante, em ambiente pagão.

A menção da idade é comum a ambas as épo-

cas; contudo, nos epitáfios paleocristãos, além de, mais frequentemente, se assinalarem também os meses, enquanto o arredondamento por lustros é típico dos epitáfios romanos, certo é que se fazem preceder de *vixit* até para se contrapor à frase que anuncia a morte: *requievit in pace*.

Ponto deveras saliente é a indicação da data da morte, contrária à ideologia pagã, por se considerar que o morto «está» ali, continua ali, enquanto, para o cristão, a morte se celebra como o começo da vida verdadeira, eterna, e, portanto, a data é de assinalar. Há aqui, no entanto, um pormenor deveras sintomático: 24 de Outubro de que ano? Omitiu-se a resposta à pergunta, sintoma, em meu entender, de alguma hesitação entre o modelo 'clássico' e o modelo cristão que, de resto, só mais tarde se imporá na Hispânia.

Não há a fórmula «aqui jaz» nem a expressão do voto «que a terra te seja leve». Recorde-se, todavia, que nem sempre estão presentes nos epitáfios romanos, mormente quando se pretende dar, de preferência, uma conotação de memória.

Não pode negar-se que Prisciliano favoreceu uma crença no fatalismo, na inexorabilidade do Destino a que todos estão sujeitos; mas... esse acreditar no Fado não perpassa igualmente pelos textos romanos? Lembraria, a título de exemplo, a expressão usada por *Modestus* no epitáfio de *Maria Euprepia*, sua *coniux benemerens*, *quae fate concesserunt vivere annis XXXXV*, «a quem os Fados concederam que vivesse 45 anos» (IRCP 430).

Utere felix, «usa feliz», num augúrio de felicidades, é voto — como o Professor Carlos Alberto também assinalou — que surge, por exemplo, em anéis romanos, amiúde com as siglas V F. Podemos considerá-lo tipicamente romano. Substitui aqui o vulgar *sit tibi terra levis!*

Por tudo isso, uma datação do século IV não me causa, de facto, qualquer perplexidade. Tempo do renascimento pagão de que fala Jean Gagé (1964, pp. 250, 262) é, por outro lado, o tempo da 'contaminação' entre a cultura tradicional e o Cristianismo crescente, não sendo passível de admiração a coexistência — como sempre acontece — de elementos de uma e outra dessas vivências. Mais «pagã» ou mais «cristã», neste caso? Eu optaria pela... mais pagã!

Escreve o Professor Carlos Alberto na p. 133, logo na introdução ao estudo desta epígrafe, que ela «pertence à mesma *officina* que as do

cemitério luso-romano de Espiunca. Embora o formulário seja diverso, o xisto é semelhante e são bem parecidas a grafia, as linhas condutoras e a forma de gravar as letras». Tem razão.

Espiunca fica no concelho de Arouca e das sete epígrafes que saíram desse cemitério, D. Domingos de Pinho Brandão só teve oportunidade, inclusive por razões de saúde, de dar a leitura de uma delas (Brandão, 1987, pp. 110–113), que virá a ser incluída em *HEpOL* sob o n.º 22 924. O seu texto é o seguinte:

D(is) M(anibus) S(acrum) / CELER RVF[!]/
NI AN(norum) LXXV (quinque et septuaginta)
/ S(epultus) EST XV (quinta decima die ante)
K(alendas) FE/BRVARIAS

O paralelismo é evidente: a invocação aos deuses Manes coexiste com uma data de morte onde também falta o ano. Por isso, D. Domingos interroga-se no final (Brandão, 1987, p. 113):

A necrópole de Espiunca é de incineração; nas epígrafes aparece a fórmula de consagração aos Deuses Manes. Serão as epígrafes pagãs, mas influenciadas pelo uso cristão? Serão cristãs, mas redigidas segundo o uso pagão? Esta, uma questão de muito interesse.

E é, de facto.

2.4. Leitura interpretada

Face ao exposto, a opção que se perfilha para uma leitura interpretada do epitáfio será, em consequência, a seguinte:

D(is) M(anibus) S(acrum) / AVITIANV/S FATVM /
FVNCSET [sic] / ⁵ VIII (die nona ante) K(alendas)
NOVEM/B[R]IS [sic] ANNORV[M] XXV (quinque et
viginti) VTERE FE/LIX

«Consagrado aos deuses Manes. Aviciano faleceu no 9.º dia das kalendas de Novembro, com 25 anos. Felicidades!».

O defunto identifica-se apenas com um nome, *Avitianus*, sem menção da filiação. Kajanto (p. 109) inclui *Avitianus* entre os cognomes latinos cuja origem deriva, mediante o sufixo *-ianus*, do cognome do pai. Assim, o pai de *Avitianus* terá sido *Avitus*. No conjunto do *CIL*,

Kajanto documentou um total de 25 testemunhos (p. 304); em *HEpOL* temos, neste momento, 16, número em que esta epígrafe se insere.

3. Grafitos de Vila do Conde

O Professor Ferreira de Almeida deu sumária conta do espólio recolhido na necrópole romana — por ele designada de «galaico-romana» — descoberta, em 1953–1954, em Vila do Conde, «perto do mar e não longe de Cachinas» (Almeida, 1973–1974, p. 209).

Vários dos objectos cerâmicos apresentavam a marca do oleiro. Embora seja um campo que, embora epigráfico (por ter habitualmente letras), mais se inclui na área dos estudos cerâmicos, quiçá não seja despidendo transcrever aqui, com algum comentário, o que o professor escreveu, para que não se olvide, uma vez que, até ao presente, terão passado despercebidos.

3.1. Prato de terra sigillata, da forma Drag. 15/17, de fabrico hispânico, datável «dos fins do século II ou inícios do III»

«Dentro de um rectângulo com remates bífidos, a marca do oleiro, saliente, em grafia arcaica: IIX OF ENC». «Que saibamos, é a primeira vez que aparece» (Almeida, 1973–1974, p. 211).

É provável que se esteja perante as siglas identificativas dos *tria nomina* do oleiro, porque nome único latino com esse conjunto inicial *Enc-* não parece ter-se documentado, até ao momento.

Acrescenta o Doutor Carlos Alberto: «No fundo, internamente e perto da moldura, as letras MEM MF (Fig. 5). Se esta inscrição for de sentido funerário, como parece, talvez se pudesse desenvolver assim: *mem(oria) m(atris) f(ecit)*» (Almeida, 1973–1974, p. 212).

Aceita-se, naturalmente, a proposta feita; contudo, o carácter enigmático destes grafitos é por de mais conhecido, mormente quando se trata de mensagem de cariz amoroso. Neste caso, à primeira vista, MEM leva a pensar, de facto, em *memoria*, sabendo ser funerário o contexto donde o prato provém e o grafito diria que o filho «fez em memória da mãe». Havendo no prato a marca da oficina, poderá haver alguma dificuldade em aceitar o desdobramento em *fecit*. O mais habitual seria uma

espécie de marca de posse: 'o prato é de...'. Seguindo esse raciocínio e considerando que MEM não sugere nenhum nome único, a possibilidade de serem as siglas dos *tria nomina* terá aceitabilidade, estando seguidos da filiação: M(arci) F(ilius).

Vendo, porém, o desenho apresentado (n.º 1 da Est. I — Fig. 5), há o nexu ME e os dois MM a seguir estão distanciados dele, a dar ideia de que serão siglas; o F também está mais longe. Por conseguinte, um grafito a merecer reanálise.



Fig. 5 — O grafito, segundo C. A. F. de Almeida.

3.2. «Lucerna cuja forma, assimétrica, é característica da zona de Braga»

«No fundo, do lado exterior, apresenta em relevo, já muito desgastado, a marca do ceramista. Dento da moldura circular lê-se, em duas linhas: EX O / LVCRET.» (p. 213). Acrescenta ser *Lucretius* um oleiro de que se conhecem, pelo menos, duas lucernas, uma de Cacabelos (*conventus Asturum*) e outra do castro da Fonte do Milho.

Desdobra-se, como é natural, em EX O(*fficina*) / LVCRET(*ii*). E poderá comentar-se que se trata de um gentílico usado como nome único, circunstância susceptível de levantar uma questão: LVCRET(*ii*) ou LVCRET(*iorum*)? Até que ponto o uso do gentílico não terá querido significar a existência de um *negotium* familiar? Utilizar um gentílico como nome único constitui, por outro lado, prática não invulgar entre a população ainda não muito aculturada, em que a noção das funções das palavras no seio da estrutura identificativa não estava plenamente consciencializada.

3.3. Na Biblioteca-Museu de Vila do Conde, «sob o n.º 85, há um pequeno vaso, semelhante, que apresenta em redor do bojo o grafito: OARANTONI» (p. 221)

A semelhança referida é com o unguentário descrito imediatamente antes. Nada mais diz. Ainda que não seja comum a indicação da oficina mediante um grafito, aceita-se que possa aqui interpretar-se O(*fficina*) ARANTONI(*i*), «da oficina de Arantónio». Como é mais usual surgir em genitivo e se regista o nominativo *Arantonius*, é fácil preferir-se *Arantonius* a

Arantonus; ambas as formas existem, estão correctas e ligam este antropónimo ao estrato linguístico pré-romano. É, de resto, um dos antropónimos que diríamos típicos da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), já em pleno coração da Lusitânia (*Atlas*, p. 97, mapa 97). Não consta, aliás, do rol de antropónimos referidos por Armando Redentor como testemunhados na *pars Occidentalis* do *Conventus Bracaraugustanus*, em que Vila do Conde se insere.

Outros registos dos materiais arqueológicos provenientes de um sítio serão, seguramente, do ponto de vista epigráfico, muito mais aliantes que este da «necrópole galaico-romana de Vila do Conde». Não quis, todavia, deixar de propor esta descoberta, justamente porque, aplicando o método a outros conjuntos, se atingirão dois objectivos: divulgar dados que, numa primeira abordagem, só aos arqueólogos poderiam interessar e que são passíveis de se enquadrar, afinal, numa perspectiva epigráfica; e fazer com que melhor se interliguem, cultural e arqueologicamente, elementos que interessará não dissociar. A questão posta em relação à identificação da oficina de Lucrécio — ou dos Lucrécios — poderá ser um desses aspectos a merecer reflexão.

4. CIL II, 5250

Está patente no Museu de Lamego, com o n.º de inventário 582, uma placa moldurada, rectangular, de granito rosado da região, praticamente completa, uma vez que apenas do lado direito foi partida, sem que, todavia, o texto tenha sido afectado (Fig. 6).

Fig. 6 – A placa do Museu de Lamego. Foto de arquivo do Museu.



Rodeia o campo epigráfico, que é rebaixado, uma moldura do tipo gola encurtada, limitada em cima e em baixo por filete.

Dimensões: 47 x 33 x 27.

Campo epigráfico: 37 x 27.

Os caracteres, gravados com goiva, estão bem distribuídos por toda a superfície, de modo que poderemos mesmo considerar ter sido feita uma gravação em caixa, ou seja, com alinhamento à esquerda e à direita. Embora actuários — se tivermos em conta a curteza das barras horizontais (vejam-se os TT, os EE e os FF, onde, pelo desgaste da superfície, nem sempre resultam bem perceptíveis), e com *ductus* levemente para trás (visível, por exemplo, na haste da direita do A) — quase os poderíamos classificar do tipo monumental quadrado, atendendo à sua regularidade (5 cm de altura) e à perfeita circularidade do O e do C, ao X simétrico, ao R feito a partir do P; apenas o M poderá destoar, cujo perfil parece ter sido desenhado à mão levantada, porque os vértices não são angulosos mas arredondados.

Foi dada a conhecer por Borges de Figueiredo (1888, p. 172), que a localizou «dentro

das antigas muralhas do castelo de Lamego». Hübner incluí-la-á no suplemento do seu *CIL* II, sob o n.º 5250, e daí passou para os *corpora* habituais: *HEpOL* 22 043; na base de Clauss (<http://www.manfredclauss.de/gb>) detém o n.º *EDCS-05600549*. Uma das últimas publicações terá sido a de João Vaz (2007), a reproduzir sensivelmente o que escrevera no catálogo da exposição levada a efeito, de Outubro a Dezembro de 1983, no Museu de Lamego. Logo à primeira vista, o texto resulta intrigante, porque, sendo, como parece, um epitáfio, nos interrogamos: quem foi o defunto?

Foi a seguinte a versão dada por Borges de Figueiredo:

Caturo / et Virius Copori / Celti(tani) f(i)lii et Bo/utia Meid... / h(aeredes) ex t(estamento) f(aciendum curarunt)

Traduz: Caturo e Virio, filhos de Coporo Celtitano, e Boutia Meid..., herdeiros, por testamento cuidaram de erigir este monumento.

Nos comentários, relaciona Copori com o outro testemunho então conhecido, publicado em *CIL* II 5657; justifica, de certo modo, a interpretação *Celt(itani)* por ter encontrado paralelos nas epígrafes do *CIL* II, 2326, 2221 e 4967¹⁷; quanto a Meid... sugere *Meiduniensis*, de *Castello Meidunio* (*CIL* II, 2520) ou *Meidama* (*CIL* II, 911), de que se encontra, esclarece, o masculino *Medamus* (*CIL* II, 774, 2520, 2402); no que se refere a estas variantes ortográficas, recorda que «ei por e é vulgar nos nomes peninsulares».

Hübner transcreve a leitura de Borges de Figueiredo, mas prefere pôr *Cel(titanus?)*; confessa que preferiria *Celenus*; e afirma ser desconhecido o *nomen gentis*, referindo-se aqui, portanto, ao eventual desdobramento de Meid. João Vaz (2007, p. 76) reconstitui *CEL(tii)*, *MEID(ubrigensis)*, *H(oc)* e tomar-se-á por distração tanto *F(i)lius* (da l. 4) como *C(uravit)*, porque a tradução que dá é:

«Caturão e Virio, filhos de Coporo Céltio e Boucia Meidubrigense fizeram este (monumento) por disposição testamentária».

Dá, na página seguinte, a sua interpretação acerca do significado de *Meidubrigensis*:

«O cognome *Meidubrigensis* faz-nos supor que se trataria de uma liberta e que conseguiu a sua carta de manumissão à morte do seu senhor e, por outro lado, revela-nos a sua origem étnica. Assim, Bôucia poderia ser uma escrava que por pertencer ao povo dos *Meidubrigenses* passou

a ser conhecida por *Bôucia Meidubrigense*). Na versão de *HEpOL* 22 043, opta-se por *Cel(ti)* e *h(eredes)*; na referida base de dados de Clauss, não se reconstitui *Cel*, prefere-se *Meid(uniensis)* e confirma-se a hipótese *h(eredes)*. Creio, por conseguinte, que esta variedade de opções justifica mais um olhar, tanto quanto possível sagaz, sobre o monumento.

Ver-se-á, em primeiro lugar, que a superfície exterior ao campo epigráfico está rudemente afeiçoada, o que não resultará apenas dos tratos por que passou com vista à sua utilização na muralha e que poderá corresponder à intenção original do canteiro, uma vez que não se vislumbram aí quaisquer indícios de preocupação estética. Conclusão: o mais provável é que o letreiro se tivesse destinado a ser encastado num edifício, ficando apenas à mostra a área moldurada. Jazigo de família? Quiçá. No que concerne ao texto, importa repetir o que se disse acerca das barras muito breves; e de uma análise atenta da pedra resultará que, na l. 4, se deve ler CEI, porque não há mesmo barra inferior nenhuma que justifique a possibilidade de um L. A foto executada por Delfim Ferreira e que João Vaz reproduziu mostra um ponto após o F ligeiramente abaixo da barra intermédia, nas linhas 4 e 6, artifício inteligente para melhor se entender que há lugar para *punctus distinguens*, como, de resto, acontece na inscrição de *Cumelius* (n.º 587 do Museu de Lamego), claramente visível na estampa V do já citado catálogo de João Vaz sobre as inscrições romanas de Lamego. O B, ainda que desgastado, não oferece dúvidas; e, após o D final da l. 5, seríamos tentados a ver indícios de V, mas será mais plausível considerar-se um rasgo relacionável com o limite do campo epigráfico. Fica clara a repetição da copulativa ET para unir as três personagens citadas. Há uma filiação, porventura referente às duas primeiras; mas que relação terá *Boutia* com *Caturo* e *Virius*? Nada aí se menciona. Relação de parentesco, de amizade ou de clientelismo houve, sem dúvida, para aqui estar incluída. Sucede, por outro lado, que, embora se não resista a ver em *Meid* a abreviatura de *Meidubrigensis*, certo é que também poderia haver um *Meiduenus*, pai de *Boutia*. *Meiduenus* integra o rol dos antropónimos etimologicamente lusitanos (Vallejo, 2005, p. 757) e encontramos-lo, com esta grafia e na posição de patronímico, na *civitas Igaeditanorum* (*HEpOL* 20 166)

e na região de Cáceres (quatro testemunhos: *HEpOL* 20 309, 22 622, 25 059 e 25 618).

Filiação? Que filiação? Para responder à questão, importa reflectir sobre o significado de *Copori*. Referindo-se a esta epígrafe e a *CIL* II, 2657, de Astorga, Vallejo (2005, p. 291) afirma:

Por los contextos onomásticos no hay duda de que se trata de un nombre indígena aunque, a juzgar por las fuentes, parece corresponder, al menos en origen, al étnico *Copori* de la Tarraconense (Plin. *Nat. hist.*, IV, 20, 111).

Aliás, já *María Lourdes Albertos* (1966, pp. 94–95), citando as mesmas duas epígrafes, comentara, acerca deste cognome em genitivo: «Parece un nombre formado sobre el étnico de la Tarraconense *Copori* o *καπόροι* por Plinio y Tolomeo».

A conclusão afigura-se-me evidente: *Caturo* e *Virius* identificam-se como *Copori*! A palavra está não em genitivo singular mas no nominativo plural!

Sobre os *Copori*, cujo vasto território se situava em torno de *Lucus Augusti*, ver-se-á com proveito o estado da questão apresentado por *Alain Tranoy* (1981, p. 57 *et passim*). E, claro, como adiante se fala duma *Meidubrigensis*, este é um dos documentos epigráficos a ter doravante ainda mais em conta quando se atentar nas migrações durante os primeiros tempos da dominação romana peninsular.

Quanto ao patronímico, ele vem a seguir: *Cei*, que é o genitivo de *Ceius*! Não se trata, na verdade, de um antropónimo registado, quanto eu saiba, na Hispânia, porque o testemunho apontado para *Conimbriga* é mera hipótese de reconstituição do nome martelado do dedicante na epígrafe *Remetibus Augustis* (*Étienne & alii*, 1976, p. 40 = *AE* 1946, 7); também não se verifica o que aí se diz acerca da existência de um teónimo indígena com essa grafia; e o que, em *AE* 1966, 193, se aponta como exemplo da utilização de um *nomen* em posição de *cognomen* deve ser lido *Getae* e não *Ceiae* (*IRC* IV, 172). Será, de facto, neste caso essa a ocorrência que se dará, como noutras ocasiões se registou: a usurpação de um *nomen* para o transformar em nome único. *Ceius* constitui um gentílico latino, com cerca de uma centena de testemunhos epigráficos,

tendo sido uma das famílias epigraficamente bastante citadas em Pompeios. Faz-se referência, em AE 2005, 96, a um trabalho de Danuta Ochoń, sobre uma relevante família senatorial de África, os *Calpurnii Ceii Aemiliani*, de que o *tribunus laticlavus* C. *Calpurnius Ceius Aemilianus*, documentado em Budapeste (AE 1998, 1058) era membro.

Inclusive por uma questão de paralelismo, a opção MEID(*ubrigensis*) afigura-se a mais correcta. *Boutia* pertencia, pois, a um dos povos que contribuíram para a construção da ponte de Alcântara, cuja localização Jorge de Alarcão estudou (1998, p. 145) e que já merecera a Antonio Tovar (1976, pp. 254–255) mui adequadas reflexões.

Do teor da epígrafe se deduz que *Boutia* está intimamente ligada a *Caturo* e a *Virius*. A repetição da copulativa *et* assim o determina. Por isso, a fórmula final terá de ser considerada no plural e relacionada com as três personagens que fazem constar, ao que parece, terem mandado erigir o monumento por testamento. Nessa circunstância, não há como fugir da ilação mais lógica: o testamento dita-se para valer após a morte e, por conseguinte, o seu autor já faleceu no momento em que o monumento se erigiu e é a sua memória, naturalmente, que se perpetua aqui. Ilação estranha, de facto, se não se menciona o defunto, razão última do epitáfio, embora se pense que, verosimilmente, também as três personagens citadas venham a ser sepultadas no mesmo

sepulcro. Mas... não se mencionará mesmo o defunto? Uma resposta negativa deixar-nos-ia, na verdade, assaz perplexos. Há, pois, que estudar uma interpretação viável, inclusive por também se estar a estranhar não haver um indício sequer do relacionamento entre os três encomendantes do monumento e respectivo letreiro a perpetuar a iniciativa.

A resposta reside no patronímico de *Caturo* e de *Virius*: *Ceius*. *Caturo* e *Virius* são irmãos. E *Boutia*? *Boutia* partilha com eles a herança e, conseqüentemente, a obrigação de erigir o sepulcro, porque *Ceius*, por testamento, a nomeou sua herdeira!

Para além deste singular entrecho — até agora não tido em consideração — detém a epígrafe um outro aspecto deveras relevante, do ponto de vista da etnonímia, como se viu. É que *Caturo* e *Virius* fazem questão em identificar-se como *Copori* e *Boutia*, por seu turno, é *Meidubrigensis*!

Em conclusão, a leitura da epígrafe é como segue:

CATVRO / ET · VIRIVS / COPORI / CEI(i) F(ili)i
· ET BO/⁵VTIA MEID(*ubrigensis*) / H(aeres) · EX ·
T(estamento) · F(aciendum) · C(uraverunt)

«Caturão e Vírio, coporos, filhos de Ceio, e Búcia, meidubrigense, herdeira por testamento, mandaram fazer».

Pela paleografia e pelas características do texto é epígrafe datável da primeira metade do século I d.C.

Bibliografia citada

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n.º da inscrição].

AGUIAR, Pe. José Monteiro de (1943-1944) – Epitáfio romano de Folgoso (Castelo-de-Paiva). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 10:2, pp. 167–169.

ALARCÃO, Jorge de (1998) – On the civitates mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara. *Journal of Iberian Archaeology*. 0, pp. 143–157.

ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1966) – *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1972) – Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*. 3, pp. 113–137.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1973–1974) – Necrópole galaico-romana de Vila do Conde. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – História*. 4, pp. 209–222.

ALMEIDA, D. Fernando de (1968) – Ara dedicada a Júpiter nos arredores do Porto. In *Congresso Luso-Espanhol de Estudos Medievais*. Porto: Câmara Municipal, pp. 288–289.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862–1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho (1987) – Oito inscrições latinas funerárias do Concelho de

Arouca. In *Actas [das] I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca (1986)*. Arouca: Câmara Municipal, pp. 107–113.

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlin: Georg Reimer [volumes citados pelo ano e n.º da inscrição].

CIL II = HÜBNER, Emil (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum, II*. Berlin: Georg Reimer.

DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAR, Catarina Isabel Sousa (2006) – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.

ENCARNAÇÃO, José d' (2008) – Eburoriga, 'cidade' do teixo. *Eburoriga*, 5, pp. 109–120. Acessível em: < <http://hdl.handle.net/10316/10236> >.

ÉTIENNE, Robert; FABRE, Georges; LÉVÊQUE, Pierre; LÉVÊQUE, Monique (1976) – *Fouilles de Conimbriga, II: épigraphie et sculpture*. Paris: De Boccard.

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de (1888) – Inscrições de Lamego e de Quintela de Penude. *Revista Archeologica e Historica*, 2, pp. 170–172.

FRANCISCO MARTÍN, Julián de; GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2004) – *Taxus bacata*. *Conimbriga*, 43, pp. 191–198.

GAGÉ, Jean (1964) – *Les classes sociales dans l'Empire romain*. Paris: Payot.

HEp = *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid. Indica-se o número, a data da publicação e o número da inscrição. Existe uma versão *on line* *HEpOL*: < <http://edabea.es> >.

IGLESIAS GIL, José Manuel; SANTOS YANGUAS, Juan (2008²) – *Vademecum para la epigrafía y numismática latinas*. Santander: J. M. Iglesias.

IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições romanas do conventus Pacensis – Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra. 2.ª edição, em 2013, acessível em < <http://hdl.handle.net/10316/578> >.

KAJANTO, Iiro (1965) – *The Latin cognomina*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.

LASSÈRE, Jean-Marie (2007²) – *Manuel d'épigraphie romaine*. Paris: Picard.

RAP = GARCIA, José Manuel (1991) – *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis): percursos pela sociedade brácara da Época Romana*. Coimbra: Universidade. Vol. I < <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1270-6> >; Vol. II < <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1441-0> >.

TOVAR LLORENTE, Antonio (1976) – *Iberische Landeskunde, II. 2: Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.

TRANOY, Alain (1981) – *La Galice romaine*. Paris: De Boccard.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.

VAZ, João L. Inês (1982–1983) – *Breve catálogo das inscrições romanas de Lamego*. Separata autónoma do artigo de *Beira Alta*, 41, 1982, pp. 497–526, publicada como catálogo da exposição temporária patente no Museu de Lamego, em Outubro–Dezembro de 1983.

VAZ, João L. Inês (2007) – *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro.